

Educação e liberalismo no Brasil de hoje

REVISTA DE FILOSOFIA

Vicente Barretto

UM dos temas fundamentais no pensamento liberal é o da educação. Como a educação exerce papel essencial em criar condições para o funcionamento de uma sociedade livre e democrática, constitui a chave para a compreensão do liberalismo social contemporâneo. O acesso a oportunidades educacionais para o maior número possível de cidadãos representa, desde os primórdios do liberalismo, a mola mestra da mudança social e política.

A questão da educação liberal, como proposta política, foi obscurecida no Brasil em virtude do autoritarismo. O argumento autoritário sustentava que, sendo obrigação do Estado assegurar educação para todos, cabe a ele controlar todas as ações educacionais da sociedade e atender às necessidades do sistema produtivo.

Pretendem os defensores desse tipo de educação que caberia ao Ministério da Educação e às Secretarias Estaduais a determinação de uma rígida política nacional, de onde sairiam — da mesma forma como pretenderam os teóricos e práticos do regime militar — os conteúdos e os processos a serem observados pelas escolas em todo o país. A descentralização seria um risco, sustentam os autoritários, devido à incompetência dos poderes locais em determinar o que é melhor e mais conveniente.

O projeto político de uma educação liberal choca-se com essas premissas, incompatíveis com a realidade nacional e com os próprios fundamentos do liberalismo social.

A idéia central do liberalismo social contemporâneo — e daí a sua força e potencialidade em sociedades injustas como a brasileira — é a de enfatizar a responsabilidade do Estado na garantia de um mínimo social, educacional, político e econômico para todos os indivíduos. A igualdade na sociedade democrática, sustentam os liberais, começa pela garantia de oportunidades iguais para todos.

A educação representa, deste modo, um dos instrumentos para garantir essa igualdade. Através dela, todos poderão obter um conhecimento essencial para a sua efetiva integração na sociedade. Os grandes pensadores liberais sempre sustentaram que a igualdade estaria assegurada, quando o Estado favorecesse a participação de todos os indivíduos nas mesmas possibilidades culturais, políticas e econômicas.

No Brasil, reduziu-se essa discussão ao âmbito de uma liberdade parcial, a defesa da escola privada. Na verdade, essa posição evidencia apenas uma face do problema educacional — e a de menor significado entre os propósitos do liberalismo: a liberdade de iniciativa dos pais na escolha do tipo de educação que desejam para seus filhos. Uma outra face da proposta liberal reserva ao Estado uma atribuição bem mais importante e reformadora: garantir um mínimo educacional para todos, denominado Educação Básica, que tem por objetivo ensinar o indivíduo a ler, compreender, escrever, dominar as quatro operações, ter noções de história e geografia para que possa, efetivamente, participar na esfera social.

Essa sofisticação da proposta do liberalismo social torna-a extremamente atual no Brasil de hoje. Após 21 anos de autoritarismo, o Governo da Nova República faz opções concretas no que se refere à educação nacional. O Governo reconheceu algo que estava nas ruas: o desafio da educação brasileira encontra-se no ensino básico. O número de analfabetos absolutos (os que não sabem ler e escrever) atinge a casa dos 30 milhões (dados do PNAD 1983), que somados aos analfabetos funcionais (aqueles que assinam o nome, mas são incapazes de escrever um bilhete) fazem com que sejam muitos milhões os brasileiros incapazes de participar da sociedade moderna. A inflação do analfabetismo permite que o cidadão comum, ao ser perguntado sobre qual o principal problema educacional no Brasil, confirme o acerto da opção governamental: o ensino básico.

Para superar esta grave situação, o liberalismo social dá uma resposta, fundada na convicção de que a pessoa humana, os grupos sociais intermediários e o Estado têm cada qual sua parcela de contribuição a realizar. A Educação para todos somente será alcançada através de uma educação por todos. O que significa dizer que a educação é um fato político, ainda que não se deva fazer política com a educação. A educação básica somente será viabilizada, diante das carências sociais e econômicas da atualidade brasileira, quando todos dela participarem, como agentes e educandos.

Isto significa posicionar o Estado enquanto líder na

educação, no fomento à participação de todos no combate ao analfabetismo. Trata-se de construir mais escolas, valorizar o magistério e qualificar o ensino público. Mas, como bem reconhece o documento Educação para todos, a atividade educacional não se esgota na escola. As próprias dimensões do problema do analfabetismo exigem do poder público que atue incentivando os esforços comunitários, fazendo com que, como sustenta o Ministro Marco Maciel, o processo educativo seja um compromisso de todos.

O analfabetismo no Brasil somente será combatido na medida em que todos participarem desse esforço. Isto foi descoberto, no período autoritário, pelas próprias comunidades, principalmente, as das áreas mais necessitadas de nossa sociedade. As comunidades dessas áreas começaram a alfabetizar-se — com métodos próprios e professores leigos — e demonstraram que podem ser eficientes na tarefa alfabetizadora.

O liberalismo social propõe, portanto, para a educação brasileira a integração Estado e sociedade como caminho para uma educação democrática. E diante do problema mais urgente e grave dessa educação — o analfabetismo — o Estado deve atuar dentro e fora do aparelho estatal, não reprimindo, mas dando apoio técnico e financeiro para as propostas e práticas comunitárias.

Vicente Barretto é professor de Filosofia do Direito e, atualmente, presidente do Mobrai